

# PRO DIA NASCER FELIZ: UMA REFLEXÃO SOBRE A EFETIVAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA UMA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE<sup>1</sup>

Maria Aparecida Gonçalves<sup>2</sup>

Vanessa Luiz de Melo<sup>3</sup>

## RESUMO:

O objetivo deste ensaio é fazer uma reflexão sobre o papel das Políticas Públicas para a efetivação do direito fundamental à educação e construção da cidadania, no Ensino Médio. Para tanto, propomos uma reflexão sobre a educação com base na análise do documentário, do diretor João Jardim que mostra o cenário de algumas regiões do Brasil com relação ao Ensino Médio, onde percebemos que entre a garantia e a efetivação do direito a educação há uma grande distância, uma vez que apenas a inclusão desses jovens, sem um planejamento político e pedagógico distancia a conquista da educação como direito. Considerando que é por meio da educação que é possível a reconstrução de conhecimentos que permite transformar a realidade social, questionamos porque as Políticas Públicas voltadas para o Ensino Médio de fato não são efetivadas.

<sup>1</sup> Texto originalmente elaborado como requisito parcial de avaliação da disciplina Tópicos em Fundamentos da Educação ministrada em 2012/1 pela professora Kênia Hilda Moreira.

<sup>2</sup> Aluna do sétimo período do curso de Pedagogia na UFGD. E-mail: mariagoncalves@hotmail.com

<sup>3</sup> Aluna do sétimo período do curso de Pedagogia na UFGD. E-mail: lesk\_nessa@hotmail.com

**Palavras-chaves:** Políticas Públicas, Ensino Médio, Educação Brasileira.

## ABSTRACT

The purpose of this essay is to reflect on the role of public policy for the realization of the fundamental right to education and the construction of citizenship in school. To this end, we propose a reflection on education based on the analysis of the documentary, director João Jardim showing the scene of some regions of the Brazil regarding the high school, where we realized that between guaranteeing and ensuring the right to education is a far, since only the inclusion of young people without a political and pedagogical planning the conquest of distance education as a right. Whereas it is through education that is possible to reconstruct knowledge for transforming social reality, we question why public policies aimed at high school do not actually take effect.

**Keywords:** Public Policy, High School, Brazilian Education.

O Ensino Médio é o nível de ensino que levanta controversos debates em relação a problemas de acesso e per-

manência dos jovens na escola. Isso se dá, acreditamos, devido à qualidade da educação oferecida, que muitas vezes não esta relacionada ao contexto em que os jovens estão inseridos e porque muitas escolas ainda seguem um método tradicional de ensino e não aceitam rever suas práticas pedagógicas. Dessa forma, os jovens sentem-se mais atraídos pelo ambiente fora da escola.

As falhas que percebemos hoje nessa modalidade de ensino, são sinais de que houve demora na implementação de projetos de democratização da educação pública em nosso país.

As políticas para o Ensino Médio não estão voltadas apenas para atender as necessidades de escolarização das camadas populares, mas também fazer com que os jovens aprendam e busquem conhecimento, para que estejam aptos a competir no cenário econômico.

Nosso objetivo é questionar as Políticas Públicas para a educação média no Brasil. Como referencial teórico de análise nos fundamentamos em autores como Krammer, (2006) Krawczyk (2009), Sacristán (1998, 2001, 2007), Gadotti (1991), Pimenta (2002), Paro (2006) e Freire (2002). No que tange as leis, utilizamos a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Brasileira (LDB 9.394/1996), a Constituição da Republica Federativa do Brasil (1988) e os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEM 2000).

Propomos a reflexão sobre o Ensino Médio no Brasil tendo como pano de fundo o documentário *Pro dia Nascer Feliz*, do diretor João Jardim (2007), que mostra o cenário de algumas regi-

ões do Brasil com relação a esse nível de ensino, onde percebemos que entre a garantia e a efetivação do direito a educação há uma grande distância. Queremos indagar porque as Políticas Públicas voltadas para o Ensino Médio de fato não são efetivadas.

O documentário *Pro dia nascer feliz* (2007) mostra o cenário educacional atual em diferentes regiões do Brasil, por meio de seis escolas de classes sociais diferentes. Os alunos que fazem parte do documentário puderam expor os seus sentimentos, dúvidas e incertezas diante do futuro. São alunos da periferia de São Paulo, Rio de Janeiro e Pernambuco, e também de dois renomados colégios particulares, um de São Paulo e outro do Rio de Janeiro. Esses alunos de escolas de periferia demonstram suas angústias frente ao abandono das escolas, que muitas vezes, não tem aula e quando tem não apresenta práticas pedagógicas condizentes com sua realidade social.

*Pro dia nascer feliz* (2007) levanta discussões sobre a educação de nosso País e abre espaço também aos professores para exporem suas insatisfações quanto à escassez de recursos e falta de estrutura das escolas, bem como o desinteresse dos alunos pelos estudos.

Não podemos apontar apenas um culpado pela precariedade do ensino, há um conjunto de fatores que o filme deixa visível. Os fatores são: problemas estruturais da educação pública, que envolvem a gestão da instituição; o despreparo dos professores frente às práticas educacionais; a falta de assistência ao aluno; o pouco investimento

na educação; a falta de um currículo adequado ao contexto social dos jovens e a dificuldade de acesso a instituição de ensino. As questões trazidas pelo filme possibilitam reflexões sobre a situação do Ensino Médio no Brasil e sobre os papéis das Políticas Públicas para a educação.

## LEGISLAÇÃO E NORMAS PARA A EDUCAÇÃO NO ENSINO MÉDIO

De acordo com Krawczyk (2009, p.8) “o Ensino Médio representa apenas os três ou quatro últimos anos da educação básica, mas talvez o mais controverso o que traz dificuldades no momento de definir políticas para essa etapa da escolarização”.

As Políticas Públicas são entendidas como um direito social, e devem ser asseguradas como dever do Estado de efetivar os direitos de todos os cidadãos. Sacristán (2007) afirma que: “quem não tem nenhum acesso à educação não é capaz de exigir e exercer direitos civis, políticos, econômicos e sociais, o que prejudica sua inclusão na sociedade moderna, conforme defende”.

A partir de 1990, o ensino público no Brasil, se expandiu de forma gradativa, quando a sua obrigatoriedade foi colocada recentemente pelo governo federal, acompanhada de uma tendência regional e sobre forte pressão do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) KRAWCZYK, 2009).

A Constituição Federal de 1988, no art. 205, prevê que a educação é um direito de todos e que o Estado, a família

e a sociedade têm o dever de oferecê-la. Cabe, portanto, ao Estado a responsabilidade pelo oferecimento da educação fundamental básica, que deve ser pública e gratuita. Ainda, não basta assegurar tão somente o acesso, mas também a permanência dos alunos na escola.

A Emenda Constitucional nº 14, de 13 de setembro de 1996, estabelece a “progressiva universalização do Ensino Médio gratuito” (CF 1988, art. 208, II), enquanto a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 1996, art. 4º, II) institui a “progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao Ensino Médio”.

A LDB 9.394/1996, no seu artigo 2º, afirma que a educação é dever da família e do Estado e, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e a sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1996).

A LDB prevê ainda em seu artigo 35 inciso III, “o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico”.

Não podemos deixar de mencionar o artigo 36 inciso II da LDB, onde estabelece que o currículo do Ensino Médio “adotará metodologias de ensino e de avaliação que estimulem a iniciativa dos estudantes”. Dessa forma, as escolas devem elaborar seus currículos com conteúdos relacionados à realidade do educando, para que ele encontre no estudo uma perspectiva para seu futuro.

De acordo ainda com o artigo 36 da LDB 1996, o Ensino Médio passou a ter uma identidade própria, a se configurar como etapa final da educação básica e teve assegurada a possibilidade de se integrar com a profissionalização, ao prever que “o Ensino Médio, atendida à formação geral do educando, poderá prepará-lo para o exercício de profissões técnicas” (BRASIL, 1996).

Percebemos que a inclusão do Ensino Médio no âmbito da educação básica e sua progressiva obrigatoriedade demonstram o reconhecimento da sua importância política, social e econômica na vida de todos os indivíduos. As políticas são cruciais porque a educação não é apenas um direito social no sentido de combater as desigualdades, mas um direito humano para assegurar uma vida digna a todos. (KRAMMER, 2006).

### **A FALTA DE ESTRUTURA ESCOLAR**

A universalização do acesso ao ensino obrigatório no País permitiu que aquelas crianças que antes eram excluídas do sistema educacional passassem a frequentar a escola, porém trouxe consigo grandes problemas. Com o número elevado de alunos precisou aumentar também o número de vagas, contudo, não houve o investimento necessário para atender essas novas matrículas, tornando-se um dos motivos das precárias condições da educação básica atualmente.

Pimenta (2002) constatou que no mundo contemporâneo o crescimento quantitativo dos sistemas de ensino

não tem correspondido há um resultado formativo (qualitativo) adequado às exigências da população envolvida, nem às exigências das demandas sociais, passando a exigir uma nova identidade profissional do professor.

Acreditamos que os problemas associados à qualidade da educação atualmente em nosso país, está relacionado à falta de estrutura de nossas escolas. No entanto, é importante destacar que esta situação não se atribui igualmente por todo o território nacional.

A infra-estrutura da escola tem grande influência sobre a qualidade da educação e no aprendizado dos alunos. Sem dúvida nenhuma o aprendizado será mais eficiente se a estrutura da escola estiver adequada para atender esse aluno. As condições vão desde a disponibilidade de salas de aula com espaço e luminosidade suficientes, devidamente arejadas, isoladas de barulho, com mobiliário em quantidade satisfatórias, até o acesso a serviços básicos de água, saneamento e eletricidade.

Essa falta de estrutura fica evidente no documentário *Pro dia nascer feliz*, ao mostrar a realidade de diferentes escolas públicas de três estados brasileiros: Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo, sem condições mínimas de estrutura, como as instalações sanitárias. O documentário mostra alguns números, como a quantidade de colégios sem banheiros no país (13,7 mil) e sem água (1,9 mil).

O documentário mostra a dificuldade de acesso dos estudantes à escola na cidade de Manari, que dependem de transporte escolar para

levá-los para estudar na cidade de Inajá, transporte esse que se encontra em precárias condições e que na maioria das vezes não funciona, e dessa forma, os alunos perdem aula por dias e ate mesmo semanas. É lamentável que ainda existam estudantes nessas condições, mesmo quando a lei diz que todos têm direito de acesso à educação como consta no inciso I, do artigo 3º da LDB 9394/96 sobre a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola como um dos princípios do ensino (BRASIL, 1996).

### **CURRÍCULO: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS RELACIONADAS AO CONTEXTO SOCIAL**

Sacristán (2007, p. 134), afirma que “se a educação tem necessariamente um sentido, caminha em uma direção e cumpre uma série de funções, tratar de esclarecer esse sentido é fundamental para uma prática reflexiva”. Diante dessa afirmação, o autor nos faz questionar por que as instituições de ensino são tão conservadoras quanto as suas práticas pedagógicas. É um problema que nossa educação enfrenta, devido à forma como os conteúdos vem sendo impostos pela maioria das escolas. Fala-se tanto que o objetivo da educação é preparar para a vida e formar sujeitos críticos, porem será que o modo como a educação está estabelecida pode fazer com que esses objetivos sejam realmente alcançados?

Acreditamos que não, pois, infelizmente na maioria dos casos, as escolas estão confundindo o que vem a ser qua-

lidade de ensino. Entendem como qualidade encher os alunos de conteúdos, apenas repassando conhecimentos para que esses aprendam e passem de ano. Não há uma preocupação em preparar o aluno para o vestibular.

A finalidade da educação é formar um sujeito crítico, mas será que a maneira como os conteúdos estão sendo impostos pela escola, a maneira de ensinar os alunos esta contribuindo não formação de sujeitos questionadores, críticos e de opinião própria? Paro (2006), ao discutir sobre o tipo de educação mais adequada, afirma que

[...] é notável a dificuldade que os educadores em geral têm de definir o que seja qualidade do ensino. Num primeiro momento o que aparece usualmente é o reconhecimento do bom ensino como aquele pelo qual o aluno consegue saber matéria e reproduzi-la em provas e exames. Mas embora, no dia-a-dia as pessoas tendem confundir qualidade com quantidade de conhecimentos que a escola consegue passar para os alunos quando são questionadas e instadas a precisar melhor papel na educação percebe-se a insegurança em formular respostas satisfatórias. (PARO, 2006, p. 41).

Muitas escolas ainda reproduzem um tipo de educação que não consideram o conhecimento que o aluno traz da vida. Estão querendo levar somente seus conhecimentos e, sem querer, estão podando os alunos de expor os deles, de questionar se aquilo que ele está aprendendo realmente está correto.

Sacristan (2001, p. 100) afirma que: “o currículo adotado tem de responder aos interesses globais de um modelo de ser humano e de sociedade e

apoiar-se nas razões de maior peso”. O currículo deve ser formulado pensando na especificidade de cada educando, levando em consideração o contexto social aonde ele está inserido.

Ainda nas palavras de Sacristan (2007, p. 135) “a educação modela o ser humano”, “[...] o ser humano como sujeito do direito à educação, tem que modelar a maneira de entendê-la, de conduzi-la e avaliá-la; ou seja, que a pessoa com seus direitos seja a referência do que devemos lhe dar e como fazê-lo”. Isso nos faz entender que educar é dar condições do educando expandir seu conhecimento e ter acesso a informações.

Freire (2002, p. 20), ao dizer que: “ensinar não é transferir conhecimento e sim criar possibilidades para a sua produção ou a sua construção”, nos coloca a pensar novamente sobre como a escola está estabelecida atualmente. A educação seria muito diferente se os educadores entendessem que associar os saberes curriculares com o conhecimento de vida do aluno é uma grande vantagem para a educação. Se na prática fosse feito o que todos os educadores aprendem na teoria, talvez a educação estivesse realmente cumprindo o seu papel.

Ao olhar como a educação está imposta hoje, nos questionamos: como formar cidadãos críticos se a própria escola não dá oportunidade ao aluno de questionar os conteúdos que estão sendo repassados. O PCNEM (2000) propõe:

[...] no nível do Ensino Médio, a formação geral, em oposição à formação específica; o desenvolvimento de capacidades de pesquisar, buscar informações, analisá-las e selecioná-las; a capa-

cidade de aprender, criar, formular, ao invés do simples exercício de memorização. (BRASIL, 2000).

O artigo 26 da LDB 9.394/1996 estabelece que:

“Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela” (BRASIL, 1996).

Diante de tal norma entendemos que as políticas educacionais só serão efetivadas quando a comunidade escolar se preocupar com o contexto social dos educandos. É preciso olhar de perto a escola, os sujeitos que a compõe e investigar quais suas complexidades e rotinas, qual sua história.

## **A DESMOTIVAÇÃO DE ALUNOS E PROFESSORES**

A desmotivação, tanto dos alunos em sala de aula, quanto dos professores como educadores, provém de alguns aspectos. De um lado está o aluno sem ânimo, sem vontade de aprender, e de outro está o professor cansado e frustrado, não instigando esse aluno a aprender, a buscar o conhecimento. Os professores transferem a insatisfação quanto ao seu salário, não possuem planejamentos e as aulas não são interessantes.

Um dos desafios da escola em busca da motivação para que os alunos se interessem pelo saber escolar é trazer a realidade dos mesmos e transformá-la em conhecimento. Muitos jovens vêm

o Ensino Médio como apenas mais uma obrigação que deve cumprir. Outros enxergar na escolarização uma possibilidade de melhoria de vida futura.

O educador precisa se preocupar com a motivação de seus alunos, tendo maior compromisso com seu projeto pedagógico e as questões afetivas, obtendo dessa forma uma relação verdadeira com seus educandos. Para tal relação é preciso que o ensino distribua cultura, que prepare o aluno para o mundo do trabalho, que forme bons cidadãos e cuide do bem-estar do indivíduo para que ela tenha um bom desenvolvimento pessoal. (SACRISTAN, 1998).

O professor muitas vezes generaliza a falta de conhecimento de seus alunos, isso nos faz voltar ao cenário de *Pro dia Nascer Feliz* em que a jovem Valéria não tem credibilidade por parte da professora que não acredita que os poemas sejam de sua autoria. Essa cena nos levou a refletir: será que essa professora realmente conhece essa aluna? Acreditamos que não, se ela a conhecesse poderia explorar seu conhecimento incentivando-a a leitura e aperfeiçoamento de seus poemas, para quem sabe um dia, se tornar uma grande escritora. Essa desmotivação fica nítida quando Valéria expõe sua angústia ao dizer: “aqui a gente na maioria das vezes não tem nem chance de sonhar”. Diante de tal frase percebemos o quanto é importante o professor conhecer seu aluno, a diferença que isso faz na vida do educando.

A jovem Valéria é apenas um exemplo dentre muitos alunos que perderam a oportunidade de se tornarem grandes nomes por conta de uma educação que

é linda na teoria, na forma da lei, mais que infelizmente, na maioria dos casos, não se efetiva na prática.

A falta de motivação para os alunos continuarem estudando, é bem nítida no filme. Diante de tais relatos, percebemos que esse fator também contribui para a evasão escolar. O problema não é apenas falta de uma política para a educação, como vimos na segunda parte do texto, elas existem. Mais porque não são efetivadas? Acreditamos que isso não ocorre devido à falta de interesse por parte de todos os envolvidos no processo de educação: Gestor, professor, aluno e os governantes. O documentário mostra que se trata de um ciclo vicioso, onde um gera desmotivação no outro. Não cabe aos governantes apenas escrever leis, mas também fazer com que sejam cumpridas. Falta muita “vontade política” nesse país.

*Pro dia nascer feliz* mostra a preocupação de Denise, professora da Escola Estadual Dias Lima, no Município de Inajá, em relação aos futuros educadores que estão frequentando o curso profissionalizante do Magistério. Ela desabafa:

Nessa sala de aula estamos mais do que antiquados, o quadro e vocês assim só esperando, então será que no futuro nos vamos ter a chance de mudar isso ou vai continuar desse mesmo jeito? porque a nossa realidade é essa, porque Pernambuco porque nordeste porque Brasil e tá pra lá de Bagdá<sup>4</sup>. Nós debatemos todos os dias isso, a vida prática do docente. Como é que você vai se comportar? Como será a escola do futuro? Como será a sua prática pe-

<sup>4</sup> Prá lá de Bagda; Expressão usada para se referir a um lugar muito longe. Fonte dicionário informal, disponível em : <http://www.dicionarioinformal.com.br/pr%C3%A1-l%C3%A1-de-Bagd%C3%A1/>

dagógica? De que lado você vai ficar?  
Do lado do sistema tapando os olhos e  
fazendo tudo do mesmo jeito?

Mesmo com o desabafo da professora percebemos o desinteresse dos alunos, que no papel de futuros professores não se interessam em buscar naquela oportunidade de estudo formas de mudar a dura realidade em que eles estão vivendo. Os alunos não veem na escolarização uma perspectiva para o futuro.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelo estudo proposto podemos perceber que nossa educação ainda possui muitas falhas e depende de novas metodologias, percebemos também que é preciso repensar, com urgência, as práticas educativas adotadas pelas escolas, pois, fala-se tanto que a educação é a solução dos problemas sociais do Brasil, porém a educação não poderá resolver problema algum, se continuar como está com inúmeros problemas que vem se arrastando há muito tempo e que até hoje não foram resolvidos.

Para que a educação cumpra esse papel que tanto se almeja, em primeiro lugar, é preciso pensar na melhoria da própria educação, para que esta forme sujeitos críticos, autônomos e detentores do saber, sujeitos capazes de formar sua própria opinião. É preciso fazer com que a escola seja de fato um ambiente democrático em que o aluno também tenha o direito de se expressar, um ambiente em que alunos e professores caminhem juntos em busca do conhecimento.

Acreditamos que uma forma se ob-

ter uma educação transformadora e que faça a diferença em nossa sociedade, a escola não deve trabalhar somente para alcançar a qualidade de ensino, mas também trabalhar com vistas à melhoria da qualidade de vida das pessoas, para que assim as Políticas Públicas sejam de fato efetivadas.

### REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei Nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. *Lei de Diretrizes e bases da Educação nacional Brasileira*, 1996.

\_\_\_\_\_. SENADO FEDERAL. *Constituição da Republica Federativa do Brasil*. Texto constitucional de 5 de outubro de 1988, Brasília: Senado federal subsecretaria de Edições técnicas, 1988.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio*. Brasília: MEC/SEMTEC, 2000.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo, Paz e Terra, 2002.

GADOTTI, Moacir. *Pensamento pedagógico brasileiro*. 4 ed. São Paulo: Ática, 1991.

KRAMER, Sônia. Infância, cultura contemporânea e educação contra a barbárie. In: BAZILIO, Luiz Cavaliéri; KRAMER, Sônia. *Infância, Educação e direitos humanos*. São Paulo: Cortez, 2006.

KRAWCZYK, N. *O Ensino Médio no Brasil. São Paulo: Ação Educativa*, 2009.



PARO, Vitor Henrique. Gestão escolar, democracia e qualidade do ensino. São Paulo: Ática, 2006.

PIMENTA, S.G. Formação de professores: identidade e saberes da docência. In: PIMENTA, S.G.(Org.) *Saberes pedagógicos e atividade docente*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002. p.15-34.

PRO dia nascer feliz. João Jardim. Brasil. *Copacabana filmes*, 2005. DVD, drama, 87 min., color, 35 mm.

SACRISTÁN, J. Gimeno; GÓMEZ, A. I. Pérez. *Compreender e transformar o ensino*. 4ª ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.

SACRISTÁN, J. Gimeno. *O Currículo: Uma reflexão sobre a prática*. 3º Ed. Porto Alegre: Artmed, 2001.

\_\_\_\_\_. *A educação que ainda é possível*: Ensaio sobre uma cultura para a educação. Porto Alegre: Artmed, 2007.

\_\_\_\_\_. A educação obrigatória: um projeto e uma realidade social que é preciso preencher com conteúdos e com práticas pedagógicas adequadas. In: \_\_\_\_\_. *A educação obrigatória: seu sentido educativo e social*. Porto Alegre: Artmed, 2001. p 99-127.